

A sala de aula de Língua Portuguesa enquanto um espaço de (re)construção de identidades negras

Fernanda Vallim¹

Resumo: O presente artigo é um recorte da monografia intitulada *Língua Portuguesa e identidades: um educar contra o racismo a partir da Lei nº 10.639/03*, que teve como objetivo geral formar cidadãos que saibam conviver harmonicamente com a diversidade, que sejam críticos em relação aos discursos etnicorraciais que lhes são transmitidos e, principalmente, que se aceitem e se valorizem em suas diferenças. Este artigo foi produzido a partir de dados e reflexões geradas pela professora regente de Língua Portuguesa e pelos alunos, nas salas de aula de duas turmas de 8º ano e uma de 9º ano de Ensino Fundamental de uma escola pública da rede municipal de Belford Roxo. O foco desse recorte são as produções textuais desses alunos a partir da temática etnicorracial, mostrando nas linhas de seus textos os olhares que eles têm de si e o modo como percebem o racismo na sociedade em que vivem.

Palavras-chave: Lei nº 10.639/03; Racismo; Identidade; Língua Portuguesa.

1. Introdução

A Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, trata da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” em todo o currículo oficial da rede de ensino. Tal lei ainda é ignorada em alguns contextos escolares, seja pelo desconhecimento, seja pela insegurança dos docentes em abordar uma temática que não esteve presente em suas formações universitárias.

A prática de sala de aula que será relatada junto com a análise das produções textuais dos alunos surgiu do confronto da docente com os autorretratos produzidos pelos alunos do 8º ano do Ensino Fundamental II. Uma aula que tinha o objetivo de identificar a função de adjetivos em um texto, teve na escrita de si o aparecimento de adjetivos como “preto”, cabelo “crespo”, “feio”, “moreno”. Tais caracterizações utilizadas pelos alunos mostravam como eles se enxergavam enquanto negros e pardos. Nesse instante, ficou evidente a necessidade de favorecer uma nova percepção desses olhares para si.

Trabalhar a Lei Federal nº 10.639/03 no contexto escolar traz mudanças de percepções e tomadas de consciência não só para educandos, mas, dependendo da forma como for feito, altera

¹ Professora de Língua Portuguesa da rede municipal de Belford Roxo e mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica.

também os olhares dos educadores e demais servidores da escola. Isso é imprescindível, na medida em que a escola, enquanto instituição social, também é um espaço em que perpassam discursos racistas (BRASIL, 2006), muitas vezes de modo muito naturalizado.

Entendendo que a escola tem papel fundamental na formação e na construção dos cidadãos, é necessária uma sensibilização para a temática etnicorracial, a fim de refletir sobre discriminações, preconceitos, racismo e complexos de inferioridade e de superioridade associados à raça. Dessa forma, alunos, de diversas descendências, devem se perceber enquanto parte da história de uma nação, reconhecendo seu pertencimento etnicorracial na formação do povo brasileiro e vendo no outro não alguém superior ou inferior, mas simplesmente diferente.

Este trabalho não só está relacionado com a diversidade cultural e étnica, mas com a identidade. A identidade, como cada um é ou se percebe, é construída a partir das histórias que a pessoa carrega, da cultura que possui, do lugar político e social que ocupa e das relações que são estabelecidas entre as pessoas (HALL, 1998). Esse último fator pode ser ignorado no espaço escolar, visto que também nas salas de aula são construídas identidades sociais (HALL, 1998), visto que é na relação com o outro que as pessoas percebem o que são ou o que não são. É por meio da alteridade que a identidade se constrói, tanto pela percepção das semelhanças quanto pelas diferenças.

2. Identidades em sala de aula

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* indicam como alguns dos objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de

conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente **a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País**; conhecer e **valorizar a pluralidade** do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, **posicionando-se contra qualquer discriminação** baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. (BRASIL, 1997, p. 9, grifo meu)

A partir desse objetivo dos PCN's, é possível perceber a relação entre o estudo sobre as

características fundamentais do Brasil e a construção de identidade nacional e pessoal. Sendo assim, antes, em um ensino unilateral, homogêneo e eurocêntrico, tendo o negro na história do Brasil apenas a função de escravo e praticante de religiões não aceitas pelos brancos, seria difícil atingir tal objetivo. À escola, caberia apenas o papel de manter o *status quo*, ratificando os estereótipos e os pensamentos racistas que circulam pela sociedade, permitindo que os alunos negros associassem esses valores tidos como inferiores, de acordo com os padrões brancos, às suas identidades.

Nesse sentido, essa proposta da Lei Federal nº 10.639/03 se coaduna com o objetivo dos PCN's. Nessa perspectiva de se trabalhar a identidade em sala de aula, adota-se o conceito de identidade relacionado ao sujeito sociológico, em que “a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade” (HALL, 1998, p. 11). De acordo com esse autor, esse conceito remete à complexidade do homem moderno, cujo núcleo interior se forma a partir da interação com outros sujeitos. Logo, não é mais uma concepção individualista do sujeito e de sua identidade, mas sim interativa. Nesse sentido, entende-se a identidade enquanto produto da vida social, sendo construída pelo diálogo entre a imagem que o sujeito faz de si quanto pelo que dizem que ele é.

A escola se constitui enquanto espaço onde são formados conceitos e ideologias nas mentes dos alunos e, se esses conceitos devem ser trabalhados de forma a desconstruir estereótipos. Desse modo, discutir questões identitárias em sala de aula, em especial, às relativas à raça/etnia, é necessário, na medida em que alunos e professores colaboram na construção de identidade dos sujeitos sociais no espaço escolar. Essas construções precisam ser pensadas e repensadas a todo momento, de modo a respeitar e a favorecer o reconhecimento de si e do outro e a valorizar as diferentes identidades que tecem a teia de relações na escola e fora dela.

3. Apresentação e análise de dados

As aulas e as produções descritas a seguir foram propostas para duas turmas de oitavo ano e uma turma de nono ano. Antes de iniciar o relato das aulas que buscaram atender a lei Federal nº 10.639/03, cabe apresentar as produções da turma de oitavo ano que deram

visibilidade para a necessidade de elaborar aulas que buscassem atender a lei. A aula que motivou o início da pesquisa ocorreu com uma turma de oitavo ano da rede municipal de Belford Roxo. Foi proposta a produção de um autorretrato e muitos alunos negros e pardos se descreveram como morenos de cabelo enrolado. Outros se declaram negros/pretos e com cabelo “duro” ou “carapinha”.

“Eu sou alto, tenho 1,80m, magro, moreno, sou quieto e tenho cabelo enrolado. Não falo muito, escuto música no celular dos outros, sento de lado na cadeira e fico perto dos professores. Sou feio bastante e tenho olhos castanhos escuros”. (Aluno A – 8º ano)

“Eu sou branco
tenho cabelo carapinha
sou gordinho
gosto de tecnologia
sou bom com computadores
meu tênis é 44” (Aluno L – 8º ano)

“Sou negro, magro e tenho cabelo duro.
Meu olho é preto.
Sou alegre, sorridente e falo alto.
Acho graça de tudo e sou flamenguista.” (Aluno Z – 8º ano)

Uma aula que a princípio focava a gramática – a aplicação dos adjetivos em textos –, foi sendo repensada a partir das produções. A escolha de autorretratos foi apenas porque esse gênero tem como principal tipologia textual a descrição e nela a ocorrência de adjetivos seria muito provável. No entanto, foi esquecido que trabalhar com autorretratos é trabalhar com percepções de si e com identidades.

No intuito de promover novos olhares desses alunos para si e para suas identidades, surgiu a motivação para aplicar a lei nº 10.639/03 na sala de aula. Antes era uma lei, um dever, depois dessa atividade ficou nítida a necessidade dela para esses alunos. Na primeira leitura da lei, não houve a real percepção de seu alcance e de seus objetivos. Dessa forma, para iniciar aplicação da lei no espaço escolar, foi escolhido o conto africano *Os três irmãos*, de Rogério Andrade Barbosa, para inseri-los, ainda que brandamente, na cultura desse povo.

A proposta foi a de leitura individual silenciosa, seguida de alguns questionamentos que ajudassem a turma a reconstruir, por meio da oralidade, a história. Além disso, o momento de compreensão textual, todo feito oralmente, foi também para esquematizar no quadro, a partir da

fala dos alunos, informações importantes para orientar a produção textual. A proposta de redação pretendia que os alunos alterassem o final do conto. Ao final dessas etapas e analisando as produções, a sensação foi a de que, apesar de apresentar um pouco da literatura da África, essa aula era igual a outras aulas sobre contos e não contribuía em um educar contra o racismo nem se relacionava à (re)construção de identidades.

A partir desse momento, as aulas foram pensadas por outro viés e foram consultadas as *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*, que nortearam melhor as práticas pedagógicas. Cada aula trabalhava com leitura, interpretação e produção de textos. Nesse sentido, a aula posterior foi sobre textos (histórias em quadrinhos e cartuns) que abordavam a temática do racismo e ela foi aplicada tanto para o oitavo ano quanto para o nono ano. Ao final dela, foram feitas duas propostas de redação e o aluno deveria optar por uma. A primeira era: “Escreva sobre uma situação de racismo que você viveu e descreva exatamente como você se sentiu durante ou depois dela”. Já a segunda era “Escreva sobre uma situação de racismo que você tenha escutado alguém contar e teça alguns comentários sobre a sua opinião”.

“Eu e minha madrasta estávamos assistindo novela (*Amor À Vida*), na parte do casal gay, que eles adotam um menino negro...Ai ela falou 'nada a ver eles dois são brancos e bonitos e adotam um menino negro, feio e ainda do cabelo ruim, não sei pra que que existe essa raça.'

Eu me senti mal, só porque ela é loira ela acha que pode ficar criticando as pessoas, e também a minha família é negra eu fiquei com muita raiva dela.” (Aluna R – 8º ano)

O relato da aluna R mostra como a televisão, em especial, as novelas contribuem para a construção e a discussão de algumas temáticas. No relato da aluna, a novela *Amor à vida*, ao abordar a adoção de um menino negro por um casal homossexual branco visa a gerar uma polêmica e um desconforto em algumas pessoas, a fim de provocar uma reflexão. Tal reflexão se deu no lar de aluna R, uma vez que houve divergência de opiniões entre a madrasta e ela, e a madrasta mostrou seu desconforto com a adoção de um menino negro por um casal branco. A indignação da aluna se dá pelos adjetivos utilizados pela madrasta: os homens eram *brancos* e *bonitos*, logo, há um estranhamento por eles quererem adotar alguém que ela considera tão diferente – um menino *negro*, *feio* e ainda do cabelo *ruim*. Diante desse discurso racista em seu próprio lar, a aluna declara ter se sentido mal e com raiva, justificando que “Só porque ela é loira

ela acha que pode ficar criticando as pessoas” e “e também porque minha família é negra”. Essas duas justificativas para o mal-estar da aluna com a situação mostram que ela considera que a identidade da madrasta enquanto loira está relacionada ao comentário feito e que ela se identificou, junto à sua família, no comentário feito ao menino negro da novela, sentindo-se ofendida com as palavras da madrasta.

“Eu nunca sofri. Minha Irma mais velha sim ela estava almoçando na escola com as amigas e a diretora da escola dela disse que ela estava suja e com o cabelo para o alto e entam ela foi chorando para o banheiro”. (Aluno I – 9º ano)

No documento elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, há a descrição e a possível explicação dada muitas vezes pelo ambiente escolar para rejeitar os cabelos que fujam aos padrões socialmente estabelecidos. Além disso, há a reflexão necessária sobre tais condutas às vezes reproduzidas e que ocultam os reais discursos que as promovem. O que é relatado pelo aluno I, é em alguns contextos escolares uma conduta de cunho racista e já naturalizada, justificada com base em higiene.

Algumas atitudes invasivas por parte das educadoras (e até presente em normas institucionais), sob argumentações da higiene, impõem formas estéticas padronizadas de apresentar o cabelo das crianças (para não pegar piolho, por exemplo). Aos meninos são sugeridos cabelos bem aparados, senão raspados. [...]

Para as meninas, os cabelos lisos são positivamente referenciados nos padrões europeus; e muitas famílias negras, influenciadas por esse padrão, expõem suas crianças pequenas a variadas formas de alisamentos como os químicos que podem, inclusive, prejudicar a sua saúde e sua auto-imagem, e ainda danificar seus cabelos.

Como a criança gostará de si mesma se traz em seu corpo características desvalorizadas socialmente? (BRASIL, 2006, p. 46)

Nesse sentido, uma criança que vive uma situação como a da irmã desse aluno pode não construir uma imagem positiva de si. Como consequência, na tentativa de ser aceita por outros colegas e por educadores com tais discursos, de acordo com Romão (*apud* BRASIL, 2006, p. 47) muitas crianças, a fim de se tornarem aceitas e próximas do ideal estabelecido, acabam por negar seus referenciais de identidade, de diferença, que em muitas situações recebem um valor de desigualdade. Tais diferenças, no ambiente escolar, são consideradas como se fossem feiura e/ou desleixo. No caso da irmã mencionada, o cabelo foi associado à sujeira. Além dos problemas de

identidade, crianças que passam por tais situações podem ter sua socialização e sua aprendizagem comprometidas.

O relato do aluno I é espantoso e ao mesmo tempo um exemplo de como é importante o trabalho com a lei nº 10.639/03 no espaço escolar. Esse trabalho permite uma mudança de olhares não só dos alunos, mas também dos funcionários da escola. É difícil educar contra o racismo quando os próprios educadores, formados, cuja missão é formar novos cidadãos, mostram-se com condutas inadequadas e, muitas vezes, racistas. Dessa forma, também os educadores carecem de uma reaprendizagem, no sentido de desconstruir alguns valores culturais para reconstruir outros, ressignificando e renovando seus saberes em prol da pluralidade e do respeito à diversidade.

Foram realizadas mais atividades de interpretação e de produção textual focadas na questão etnicorracial nas aulas seguintes com as três turmas. No último momento da sequência de aulas sobre racismo, foi solicitado que os alunos da turma que motivou esta pesquisa refizessem seus autorretratos. Foi posto no quadro o seguinte enunciado: “Descreva sua aparência e sua personalidade”. A intenção era perceber de que forma as aulas sobre a temática auxiliaram na (re)construção de suas identidades.

“Eu sou magro.
 Eu sou baixo.
 Eu sou preto
 Eu sou feliz
 Eu sou maneiro, não sou de briga
 Eu nao gosto de mentir. Eu não gosto de pessoa falsa
 nao gosto de pessoa que são racista
 não gosto de pessoa que tem preceito contra
 negro
 acor do meu cabelo é preto
 Eu nao tenho preceito porque todo mundo
 sãoingual
 a cor nao define niguém, o que define é o caráter.” (Aluno W – 8º ano)

O aluno W, em seu segundo autorretrato, ainda se identifica enquanto “preto” e acrescenta, assim como outros alunos, sua posição em relação ao racismo. Apenas foi solicitado que os alunos se descrevessem fisicamente e psicologicamente e, pelos resultados, muitos, na parte psicológica, posicionaram-se contrários ao racismo, outros, apenas se descreveram sem

comentar tal assunto.

As palavras do aluno que se identifica como “preto” que destacam mais sobre sua visão em relação ao racismo são: “Eu nao gosto de mentir. Eu não gosto de pessoa falsa nao gosto de pessoa que são racista não gosto de pessoa que tem precoseito contra negro”.

Outra aluna também se posiciona em relação ao racismo ao afirmar: “Não sou racista, pois racismo não deveria existir, porque todos são iguais, não importa a cor. A cor não define o caráter das pessoas”.

“Sou morena, do cabelo cacheado. Sou nem muito alta e nem muito baixa. Não sou magra, mas também não sou gorda. A cor do meu cabelo é marron. Tenho a unha grande, e eu me acho bonita.

Minha personalidade

Sou calma, não gosto de arrumar confusão, eu tento ser legal com todos, sou amigavel, quando uma pessoa fala que é meu amigo, eu considero como irmão.

Não sou racista, pois racismo não deveria existir, porque todos são iguais, não importa a cor. A cor não define o caráter das pessoas

É assim que eu sou...” (Aluna R – Turma 8º ano)

Apesar de não ser solicitado na proposta, vários alunos se posicionaram em relação ao racismo em seus textos. Essa atitude sugere que a temática provocou alguma alteração em suas percepções de mundo, já que eles abordaram por livre-arbítrio a questão de racismo quando lhes foi solicitado falar sobre si. Dessa postura, percebe-se que houve uma relação para os discentes entre as propostas de aula sobre racismo e eles. O conteúdo das aulas não ficou externo aos aprendizes. No entanto, talvez ainda não tenha sido suficiente para que os olhares para si fossem capazes de fugir das classificações como “moreno” e se reconhecer enquanto negro ou pardo. É por essa razão e outras já ditas que este deve ser um trabalho que perpassasse todo o currículo, pois a (re)construção de identidades é um processo contínuo.

Considerações finais

Estar professor é estar à frente de uma turma, com a responsabilidade de dialogar com os alunos, buscando orientá-los e trocar conhecimentos com eles. No entanto, não há como esquecer que, nessa troca, é quase que nos negado o direito de errar. E, é diante do medo de errar, que muitas vezes os professores se silenciam e se omitem em assuntos etnicorraciais,

ainda que estejam cientes da exigência legal.

Preparar aulas que versem sobre uma temática que aborde amplamente os objetivos da lei exige muita leitura para tentar suprir as lacunas de algumas formações universitárias. Além disso, repensar a aula pode possibilitar perceber simultaneamente uma dificuldade e uma facilidade em tratar da lei. A dificuldade estaria em realmente abordar o que a lei deseja. Isso porque, ao ler que se deve ensinar cultura, história e literatura africana e afro-brasileira, é possível que muitos professores, em especial de língua portuguesa, tendam a acreditar que estão abordando plenamente a lei ao trabalhar somente com contos africanos. Por um lado, isso é importante, uma vez que permitir o acesso dos alunos a contos africanos é colocá-los em contato com os valores e a cultura de tal povo, que também faz parte das raízes brasileiras. Por outro lado, aulas que visem apenas a interpretações e a discussões de contos africanos podem favorecer debates interessantes, mas que poderiam ser feitos com outros textos quaisquer, e que acabam por não abordar o objetivo de educar contra o racismo de modo mais direto.

Em contrapartida, a facilidade pode ser percebida no momento em que, mesmo sem ser planejada ou percebida, foi dada uma aula relacionada com a lei – a aula com autorretratos, que rendeu produções em que ficou evidente a questão da identidade negra. Ao pedir um autorretrato, a fim de trabalhar com adjetivos, esbarrou-se em questões como identidade e em alteridade. Não é possível separar uma da outra. É por meio da alteridade que as identidades do sujeito se constroem. É comparando com o outro que os sujeitos se formam, seja pelas semelhanças seja pelas diferenças.

Desse modo, este artigo pretende ilustrar possíveis caminhos de educar contra o racismo. A sala de aula de Língua Portuguesa é um espaço para desconstruir alguns discursos sociais e repensar práticas na sociedade por meio da linguagem. Além disso, pretende-se favorecer uma reflexão dos docentes sobre suas práticas pedagógicas, de modo a entenderem a influência do seu trabalho na construção de identidades e na formação dos alunos enquanto cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECADI, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf>.

Acesso em: 25 mai. 2013.

-----. **Lei Nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: MEC, 2003.

-----. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. p.19-42. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. **Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio**. São Paulo: SME/DOT, 2008.